



## CONTRATO DE RATEIO Nº 016/2018

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 16.443.632/0001-60, com sua sede na Prefeitura Municipal de São José do Jacuípe, situada na Praça da Matriz, nº. s/n, Centro, CEP 44698-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Erismar Almeida Souza**, brasileiro, portador do CPF/MF nº. **294.248.208-79**, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, o **CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE/Bahia**, autarquia Inter federativa, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.749.050/0001-06, com sede na Rua Manoel Gonçalves, nº 45, Casa, Centro, CEP 44610-000, Pintadas – Bahia, doravante denominado **CONTRATADO**, tem entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº. 8.666/93 à Lei Federal nº. 11.107/2005, Decreto nº. 6017/2007 e ao Contrato de Consórcio Público, o que se segue.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente CONTRATO DE RATEIO se regerá pelo disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, art. 13 e ss. do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, pelas Leis Ratificadoras do Município Consorciado, bem como dos demais normativos pertinentes à matéria.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui-se como Objeto do presente CONTRATO DE RATEIO, a definição das regras e critérios de participação do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de obrigações financeiras, de modo a assegurar o custeio de todas as atividades a serem desenvolvidas pelo CONSÓRCIO em consonância com o definido no Contrato de Programa formalizado entre as partes ora contratantes.

**Subcláusula Primeira.** O MUNICÍPIO CONTRATANTE se obriga a fazer o recolhimento do repasse através de débito automático na conta movimento de nº 30856-0, mantida pelo Consórcio na Agência 0930-x do Banco do Brasil da cidade de Ipirá até o trigésimo dia útil do mês em curso.

**Subcláusula Segunda** - As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta de dotação prevista no orçamento.

**Subcláusula Terceira** – O CONTRATANTE autoriza o CONTRATADO, na forma da presente cláusula-mandato, nos termos do art. 117 do Código Civil, através do presente instrumento a representa-lo perante a instituição bancária a fim de viabilizar o débito automático indicado na Subcláusula Primeira.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

I - Entregar recursos ao CONTRATADO somente mediante o estabelecido no presente CONTRATO DE RATEIO;

II – Exigir, o pleno cumprimento das obrigações previstas no presente CONTRATO DE RATEIO, quando na condição de adimplente;

III- Prever os respectivos recursos orçamentários, informando a Dotação Orçamentária que suportará as obrigações assumidas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

I- Aplicar os recursos oriundos do presente CONTRATO DE RATEIO na consecução dos objetivos definidos no CONTRATO DE PROGRAMA, observadas as normas da contabilidade pública;

II - Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas;

III - Informar, mensalmente, as despesas realizadas em face dos recursos entregues pela CONTRATANTE com base no presente CONTRATO DE RATEIO, para que sejam consolidadas às contas da mesma.

**Subcláusula única.** Consideram-se despesas do **CONSÓRCIO** entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:



- a) Despesas de instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede;
- b) Despesas de execução do objeto e das finalidades do **CONSÓRCIO** previstos no contrato de consórcio público, contratos de programa e convênios;
- c) Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas (FGTS) e fiscais patronais (INSS);
- d) Despesas relativas à prestação de serviços do **CONSÓRCIO** em favor do município consorciado nos termos de convênio ou contrato de programa;
- e) Despesas relativas a repasses para execução de convênios.
- f) Outras despesas previstas no Orçamento Anual.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

Para os efeitos deste CONTRATO DE RATEIO, a **vigência inicia na data de sua assinatura com término em 31 de dezembro de 2018**, em estrita observância à legislação orçamentária e financeira de cada ente consorciado e nunca superior às dotações que o suportam.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO E RETENÇÃO DE RECEITAS**

Fica autorizada a vinculação de receita própria ou transferida de impostos para atender às necessidades do CONTRATADO, admitida à retenção das referidas receitas para satisfazer o previsto na presente cláusula.

**SubCláusula única.** Os valores recolhidos pelo CONTRATADO, a título de Imposto de Renda Retido na Fonte, incidente sobre os pagamentos efetuados, devem ser contabilizados como receita própria do **CONSÓRCIO**, e não servirá como compensação dos valores pactuados na cláusula quarta.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

I - O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento sujeitam o **CONTRATANTE** faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio, Estatuto do **CONSÓRCIO** e Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos).





II - A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa inculpada no art. 10, inc. XV, da Lei Federal no 8.429/92 (Lei dos Atos de Improbidade Administrativa).

### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir eventuais controvérsias deste CONTRATO DE RATEIO, fica eleito o foro da Comarca de Capela do Alto Alegre agregada a Comarca de Riachão do Jacuípe, ambas do Estado da Bahia.

E por estar de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, assina o presente CONTRATO DE RATEIO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para que surta os devidos efeitos legais.

Pintadas/BA, 02 de janeiro de 2018.

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE**

**Claudinei Xavier Novato  
Presidente  
(Contratado)**

**Município de São José do Jacuípe  
Erismar Almeida Souza  
(Contratante)**

### TESTEMUNHAS:

Nome: quélia do Nascimento Sampaio

RG: 151736362 974 CPF: 045.309.245-48

Assinatura: [Handwritten Signature]

Nome: Marcia Santos de Figueiredo

RG: 0973725281 CPF: 051.657.38531

Assinatura: Marcia Santos de Figueiredo